

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.106.087 - SP  
(2017/0118921-8)**

EMBARGANTE : RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A  
ADVOGADOS : DANIEL LACASA MAYA - SP163223  
JULIO MARIA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP120807  
EDUARDO AMIRABILE DE MELO - SP235004  
PAULO ROGÉRIO GARCIA RIBEIRO - SP220753  
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE TATUÍ  
PROCURADOR : PAULO ROBERTO GONÇALVES E OUTRO(S) - SP067030

**DECISÃO**

Na origem, cuida-se de mandado de segurança impetrado por Rodovias Integradas do Oeste S.A. - SPVIAS contra ato do Prefeito do Município de Tatuí, objetivando a declaração de inexigibilidade do imposto sobre serviços de qualquer natureza no período de 2004 sobre o serviço de exploração de rodovias.

Na primeira instância, a segurança foi denegada. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi mantida em acórdão assim ementado:

ISS - Exploração de rodovia - Serviço elencado na Lista de Serviços estipulados como tributáveis - Sentença mantida - Recurso não provido.

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados.

Rodovias Integradas do Oeste S.A. interpôs recurso especial com fundamento na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal por ofensa ao art. 535 do CPC/1973 e à Lei Complementar 116/2003.

Recebidos os autos pelo Superior Tribunal de Justiça, foi proferida decisão que conheceu parcialmente do recurso especial e negou-lhe provimento.

Nos presentes embargos de declaração, a parte alega que houve erro de premissa em relação à violação do art. 535 do CPC/73, pois o Tribunal de origem, apesar de ter analisado a incidência do ISS pedágio no ano de 2004, não levou em consideração o questionamento da parte recorrente de que inexistiria ato normativo municipal especificando as modificações na base de cálculo intruduzidas pela LC 116/03.

Ainda, aponta omissão na decisão embargada quanto à aplicação do enunciado n. 284/STF, sob o argumento de que a controvérsia posta no recurso especial gira em torno da análise do art. 3º, § 2º, da Lei Complementar n. 116/03.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia pronunciar-se de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Ao contrário do que alega a parte embargante, a decisão foi clara e fundamentada ao afastar a suposta ofensa ao art. 535 do CPC/73, esclarecendo que o tribunal de origem não foi omissor em relação à alegação de que no exercício de 2004 não havia legislação municipal em vigor que autorizava a cobrança de ISS. Para tanto, foi colacionado o seguinte trecho do acórdão recorrido que comprova a manifestação expressa do tribunal (fls. 513-514):

Na época aqui em discussão - exercício de 2004 - a atividade desempenhada pela impetrante estava prevista no Decreto-Lei nº 406/68, conforme determinado pela Lei Complementar nº 100/99.

E, na forma descrita pela impetrada em suas informações, esta atividade de exploração de rodovias continuou constando da lista de serviços, nada relevante a nova relação da lista anexa à Lei Complementar Federal nº 116/03, a qual incluiu novos serviços.

Segundo o raciocínio exposto pela coatora, apenas as alterações promovidas por esta nova Lei Complementar necessitavam ser incorporadas na lei municipal que institui o ISSQN. É dizer, a Lei Municipal nº 1.721/83, com suas alterações (dentre elas, a inclusão dos serviços prestados pela impetrante, feita pela Lei Municipal nº 3.229/00), guardava perfeita consonância com os parâmetros federais em vigor no exercício de 2004, de modo que a incidência do ISSQN autorizava a cobrança pela municipalidade.

Apenas a título de ilustração, cumpre acrescentar que se trata de entendimento que encontrou respaldo junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ARTESP, consoante se vê de fls. 371/372.

Da mesma forma, inexistente omissão quanto à aplicação do óbice do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

A clara pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as

hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso.

No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia-se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

